

25 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

TJ absolve seis ex-vereadores citados na Lista Caldarelli

Desembargadores mantiveram somente
a condenação de Renato Araújo
e Orlando Bonilha por exigirem propina
de empresário londrinense

Loriane Comeli
Reportagem Local

Em sessão no início da tarde de ontem, os desembargadores da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná mantiveram a condenação dos ex-vereadores Renato Araújo e Orlando Bonilha, por terem exigido propina do empresário Ângelo Marcelo Caldarelli para aprovar projeto de lei que autorizava o município doar um terreno no Jardim Bela Suíça ao empresário. O caso ficou conhecido como "Lista Caldarelli", relação onde constavam os nomes de nove parlamentares daquela legislatura – de 2005 a 2008 – que teriam recebido o dinheiro do achaque.

Em primeira instância, oito vereadores (o nono nome da lista era Osvaldo Bergamin, que já havia falecido) foram condenados a elevadas penas de prisão. Em sentença proferida em julho de 2012, o juiz da 3ª Vara Criminal, Katsujo Nakadomari,

considerou todos os parlamentares culpados de concussão (exigência de propina), lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

Porém, o TJ, por dois votos a um, absolveu Flávio Vedoato, Gláudio Renato de Lima, Henrique Barros, Jamil Janene (ainda hoje vereador, filiado ao PP), Luiz Carlos Tamarozzi e Sidney de Souza. "Os desembargadores entenderam que não havia qualquer prova contra eles", disse Rodrigo Antunes, advogado de Barros, que fez a defesa oral de seu cliente na sessão de ontem.

O acórdão do TJ ainda não foi publicado. Mas, segundo Antunes, o voto pela manutenção da condenação foi do relator, Roberto de Vicente, que havia apenas reconhecido a prescrição do crime de formação de quadrilha, diminuindo, portanto, as penas iniciais aplicadas a Araújo e Bonilha. Outro condenado foi o ex-assessor de Bergamin, Júlio Romagnolli.

Já o revisor José Carlos Dalacqua e o vogal Laertes Gomes (desembargador que tem negado habeas corpus a todos os envolvidos na Publicano, operação que investiga um esquema de corrupção na Receita Estadual) entenderam que não havia provas contra os demais réus. "O entendimento é que toda a negociação de propina foi feita entre o Renato Araújo e o empresário. E o Bonilha era o único que dizia que os outros vereadores da lista tinham recebido parte da propina", explicou Antunes.

Araújo, que em primeira instância tinha sido condenado a nove anos e 10 meses, teve a pena reduzida para seis anos e seis meses. Bonilha, por ser delator do esquema de cobrança de propina, havia sido condenado a uma pena menor que os colegas – quatro anos e dois meses, pela 3ª Vara Criminal – teve a pena diminuída para um ano e meio pelo TJ.

CONTINUA

2 5 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“Vou apresentar recuso ao Superior Tribunal de Justiça para obter os benefícios da delação premiada, como, inclusive, o perdão pleno para meu cliente”, disse o advogado de Bonilha, Ronaldo Neves. O advogado de Renato Araújo não deu retorno à solicitação de entrevista. Os promotores autores da ação não foram localizados ontem.

25 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Julgamento suspenso em Loanda

A sessão de julgamento do prefeito de Loanda, Flávio Accorsi, agendada para hoje na Câmara de Vereadores, foi suspensa liminarmente pela juíza Nara Meranca Bueno Pereira Pinto, da Vara Cível da cidade. Conforme o relatório da Comissão Processante (CP), Accorsi teria cometido infração político-administrativa ao utilizar uma roçadeira da prefeitura na fazenda dele. No início, a CP apurava também irregularidades em obras de pavimentação na cidade e uso de trator do município na propriedade.

Vereador impedido

Na decisão, a juíza acatou os apontamentos do prefeito de Loanda de que o vereador João Nicolau dos Santos estava impedido de votar na abertura da Comissão Processante (CP). O presidente da Câmara, Heber Arboleia (PSC), disse que o departamento jurídico da Casa foi notificado ontem à tarde e prepara recurso. O prefeito Flávio Accorsi chegou a ser preso por desacato ao delegado de polícia, no mês de maio, quando houve o flagrante na Fazenda Sumatra.

25 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA MAZZA

Pizza em fatias

Entre as charges feitas sobre a decisão do STF de fatiar o julgamento dos processos da Lava Jato a do Sponholz mostra uma pizza submetida aos cortes tradicionais, um exagero como convém à essência da crítica. É uma reação popular diante da identificação um tanto quanto heroica do público por Sérgio Moro, hoje uma expressão mais forte do que a representada pelo ministro Joaquim Monteiro no mensalão até pela sedimentação do tempo. Se permanecerem, como tudo indica, com a mesma força-tarefa as investigações e denúncias, conquanto levadas a julgamento em outras dependências da Justiça federal, não há risco de solução de continuidade, pois o desafio de manter a credibilidade do Poder Judiciário caberá a outros magistrados.

O clima de suspeita de decisão afetada por motivações políticas nasce não apenas do ceticismo geral quanto às práticas de impunidade como em função de uma espécie de alinhamento popular ao rigor adotado contra a riqueza colocada sob suspeita e até flagrada com a mão no pote.

É evidente que mesmo preservada a atuação de delegados e procuradores a defesa de acusados tentará interpretação extensiva do fatiamento para ganhar tempo e evitar que a clientela de colarinho branco passe pelas agruras da moda somadas à pressão midiática que transformou Curitiba na pauta principal de todos os meios de comunicação ocupados na denúncia da maior roubalheira até hoje constatada e comprovada no país.

Como técnica, rejeitar a conexão daquilo que vai além da Petrobras nada tem de anômala: ela simplesmente corta a linearidade procedimental e devolve algum sentido contraditório ao processo, indispensável em Direito, já que até agora só funcionou a denúncia com os acusados repetindo o canto-chão de que nada fizeram de irregular, tanto que o TSE aprovou a prestação de contas, como se não valesse investigar a sua origem, notadamente se criminosa.

25 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

Decisão do STF é triste, diz delegado

Estelita Hass Carazzai

Folhapress

Curitiba - Delegado da PF que iniciou as apurações da Operação Lava Jato, Marcio Adriano Anselmo lamentou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que fatura a investigação para outros tribunais. "É triste porque quebrou uma estrutura que já existia. Aqui, o caso está redondo. Quem assumir agora não vai ter a noção do todo como nós temos. Vai ser mais difícil", declarou ontem. Na quarta-feira, o STF decidiu desmembrar uma investigação da Lava Jato sobre suspeitas de desvios no Ministério do Planejamento. A decisão abre caminho para tirar das mãos do ministro Teori Zavascki e do juiz federal Sérgio Moro casos ligados à operação que não tenham conexão direta com os desvios na Petrobras.

Anselmo discorda da interpretação de que o esquema não seja promovido pela mesma organização criminosa, como entendeu o Supremo. "Claro que é uma

organização só", afirmou. "O grande objetivo era obter apoio político em troca de dinheiro." Também há o temor de que os processos demorem mais a ser julgados no STF, por questão de estrutura. "Os inquéritos da Lava Jato que foram para lá ainda estão em fase de recebimento de denúncia", afirmou o delegado, durante uma palestra no encontro da Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná. "A própria estrutura do tribunal não permite que as ações sejam julgadas de uma maneira célere."

Na PF, os investigadores estão resignados. Eles pretendem avançar nas suspeitas sobre a Petrobras e colaborar com quem assumir o caso em São Paulo, repassando informações, como fizeram com a Procuradoria-Geral da República (PGR), em Brasília. O envolvimento de outras estatais ou órgãos públicos que apareçam no decorrer dos inquéritos será analisado caso a caso: a intenção inicial da PF é continuar investigando os desvios.

25 SET 2015

GAZETA DO POVO

'Publicanos' teriam retaliado investigadores da Receita

Em depoimento, corregedor do Fisco que investigava casos de corrupção diz que Conselho dos Auditores promoveu perseguições para barrar a apuração

LONDRINA

Fábio Silveira, do JL

O Gaeco, braço policial do Ministério Público (MP), está investigando a acusação de que o Conselho Superior dos Auditores Fiscais (CSAF) da Receita Estadual do Paraná promoveu retaliações contra os corregedores do órgão que buscavam apurar casos de corrupção na Delegacia de Londrina do Fisco Estadual. Isso teria ocorrido por meio da abertura de procedimentos disciplinares internos contra os corregedores — função que cabe ao conselho.

A denúncia foi feita ao Gaeco em um depoimento prestado por um dos ex-corregedores da Receita que se consideram perseguidos por terem investigado os fiscais suspeitos de participação do esquema de corrupção que hoje é investigado pela Operação Publicano. Os corregedores dizem que o CSAF abriu procedimentos disciplinares contra eles.

Há quase uma década, no primeiro semestre de

2006, a Corregedoria da Receita tentou investigar denúncias de corrupção contra auditores da Delegacia de Londrina, em conjunto com a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e o Gaeco.

Quatro anos depois, em 2010, os corregedores passaram da condição de investigadores à de investigados: um grupo de 35 auditores fiscais, que hoje são réus nas ações criminais da Publicano, assinou uma representação contra os corregedores acusando-os de "violação de sigilo funcional" e "denuncismo irresponsável". O motivo: os corregedores entregaram ao MP cópias de denúncias protocoladas contra os auditores de Londrina por supostas vítimas da cobrança de propina. Os corregedores responderam a processos disciplinares que foram aprovados pelo CSAF.

"Os auditores de Londrina têm dinheiro e poder político", diz um dos corregedores que concordou em falar com a reportagem sob a condição de ter seu nome mantido em sigilo.

A reunião do CSAF que aprovou a abertura do processo disciplinar contra os corregedores aconteceu em 28 de abril de 2010 e a decisão foi por unanimidade. Chama atenção a agilidade com que o procedimento tramitou: em 26 de abril, ele foi protocolado no CSAF e a reunião extraordinária foi marcada para dois dias depois. Outro indicativo da rapidez na tramitação é que a decisão aconteceu um mês e meio depois de os auditores de Londrina terem pedido abertura de processo disciplinar contra os corregedores.

A agilidade contrasta com o andamento dos trabalhos da Receita para apurar a atuação dos auditores que são réus na Publicano: seis meses depois de deflagrada a primeira fase da operação que levou 60 auditores fiscais para a cadeia, o CSAF ainda não abriu nenhum procedimento disciplinar para apurar a conduta dos fiscais da Publicano.

CONTINUA

25 SET 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Conselheiros e réus

Entre os conselheiros que participaram da reunião do CSAF que instaurou os processos disciplinares contra os corregedores da Receita, estão alguns réus da Operação Publicano. É o caso de de Márcio Müller Melle, que foi preso nesta semana pelo Gaeco, acusado de envolvimento com a "organização criminosa" do caso Publicano. Melle foi delegado da Receita em Londrina entre março deste ano, quando houve a deflagração da Operação Publicano, e setembro. Ele deixou o cargo e pediu sua aposentadoria antes de se tornar pública a sua condição de investigado.



Castro: denúncia fortalece a tese de que há organização criminosa.

CONSELHO AJUDOU O CRIME, DIZ MP

O promotor Renato Lima Castro, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, diz que a acusação do corregedor contra o Conselho Superior de Auditores Fiscais (CSAF) "fortalece [a ideia da] existência da organização criminosa" formada pelos fiscais da cidade. Essa é uma das principais teses do Ministério Público (MP) nas ações da Operação Publicano. Para Lima Castro, o episódio demonstraria que "os tentáculos da organização criminosa chegam ao Conselho Superior dos Auditores Fiscais". O promotor avalia que o órgão atuava para "salvaguardar os interesses criminosos". O ex-corregedor que conversou com a reportagem já prestou depoimento oficialmente ao Ministério Público. Lima Castro defendeu a extinção do CSAF, que está prevista num projeto de lei que tramita na Assembleia.

OUTRO LADO

Ex-conselheiro e atual presidente do CSAF não falam sobre o caso

O atual presidente do CSAF, Renato Mello Milaneze, disse que não estava no órgão em 2010 e que não poderia falar sobre a decisão. A Secretaria Estadual da Fazenda também não se mani-

festou sobre o assunto. O advogado Mário Barbosa, que foi contratado pelo ex-membro do CSAF e ex-delegado da Receita Estadual em Londrina Marcelo Müller Melle disse que, por enquanto, foi contratado só para tratar do pedido de habeas corpus com o qual tenta liberar o seu cliente e que não poderia comentar o caso.

GAZETA DO POVO 25 SET 2015

Duro golpe na Lava Jato

Enxergar a Lava Jato apenas como o desmonte de um cartel de empreiteiras que agiu em conluio com diretores da Petrobras ávidos por abastecer seus partidos com propina é olhar a árvore e perder de vista a floresta

Os advogados se abraçaram, o Planalto comemorou. Na quarta-feira, o Supremo Tribunal Federal bateu o martelo definitivamente sobre o destino de várias investigações que até então corriam sob o guarda-chuva da Operação Lava Jato. O imbróglgio começou quando o ministro Teori Zavascki, relator dos casos que envolvem foro privilegiado, havia decidido, na semana passada, que as denúncias relacionadas à senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) deveriam ser encaminhadas a outro colega do STF, por não envolverem especificamente a Petrobras. O entendimento acabou confirmado na quarta-feira pelo plenário da corte. Como consequência, outra parte do mesmo caso, que envolve o ex-vereador petista Alexandre Romano, sai das mãos de Sérgio Moro e vai para a Justiça Federal em São Paulo. Embora a decisão do STF se refira apenas aos casos de Gleisi e Romano, ela abre um perigosíssimo precedente que coloca em risco a investigação como um todo.

A tese de Zavascki, de que cabem a ele e a Sérgio Moro apenas os julgamentos que tenham a ver com os artífices da pilhagem da Petrobras, não é de todo desprovida de fundamentação técnica, mas ao mesmo tempo revela uma visão muito limitada do escopo da Lava Jato. A questão que se coloca é: qual a verdadeira narrativa do escândalo? O que as investigações estão buscando desvendar? Enxergar a Lava Jato apenas como o desmonte de um cartel de empreiteiras que agiu em conluio com diretores da Petrobras ávidos por abastecer seus partidos com dinheiro de propina é olhar a árvore e perder de vista a floresta.

O cartel e a chantagem de partidos sobre empresários são evidentes, mas eles foram apenas o instrumento de uma engrenagem muito mais abrangente. Trata-se de um esquema gigantesco pelo qual partidos, especialmente o PT, buscaram se apropriar da estrutura do Estado em benefício próprio. Todos os órgãos e empresas sob investigação — Petrobras, Caixa Econômica Federal, ministérios da Saúde e do Planejamento, Eletro nuclear, BNDES, fundos de pensão — foram usados pelas mesmas pessoas com a mesma finalidade.

É o que explicaram, com muita propriedade, tanto o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao dizer que “existe uma operação de mesma maneira, mesmos atores, mesmos operadores econômicos (...) não estamos investigando empresas nem delações, mas uma enorme organização criminosa que se espalhou para os braços do setor público”, quanto o procurador regional Carlos Francisco dos Santos Lima, para quem “quando falamos que estamos investigando esquema de compra de apoio político para o governo federal através de corrupção, estamos dizendo que os casos mensalão, petrolão e Eletronuclear são todos conexos porque dentro deles está a mesma organização criminosa” — ressalte-se a menção, aqui, ao golpe contra a democracia perpetrado pela cúpula petista no primeiro governo Lula. Uma leitura breve das sentenças de prisão já emitidas pelo juiz Sérgio Moro reforça a noção de que se trata de um esquema abrangente, do qual a Petrobras era talvez a peça mais importante, mas longe de ser a única.

A evidente conexão entre a corrupção na Petrobras e as denúncias envolvendo outros ramos da máquina estatal, portanto, oferecia fundamento para se defender a manutenção de todos os processos e investigações nas mãos da 13.^a Vara Federal de Curitiba, bem como da Polícia Federal do Paraná e da força-tarefa do Ministério Público — e do ministro Zavascki, no caso dos denunciados com foro privilegiado. Foi essa a argumentação de Gilmar Mendes, que, ao lado de Celso de Mello, foi voto vencido na sessão de quarta-feira. “O que se apurou, até o momento, é que o esquema criminoso foi replicado em diversos órgãos públicos, onde se reproduziu o mesmo *modus operandi*, com os mesmos agentes e as mesmas empreiteiras”, afirmou o ministro.

Mendes ainda ressaltou uma consequência prática da decisão tomada pelo STF: o inegável prejuízo à construção de um conjunto probatório que envolva todas as ramificações do esquema. Segundo o ministro, será preciso ter “um GPS para entrar nesse emaranhado, talvez a mais complexa organização criminosa que já se viu nesse país”. E, com grande franqueza, acrescentou que “o que se espera é que os processos saiam de Curitiba e não tenham a devida sequência em outros lugares. É bom que se diga em português claro”. Mendes pode até ter dito mais do que deveria, dado o seu cargo, mas esse temor está, sim, na mente de todo brasileiro preocupado com a corrupção, pois o desmembramento certamente não atende aos interesses do país.

GAZETA DO POVO

RHODRIGO DEDA

O STF força mudanças de estratégia na Lava Jato

Será necessário um esforço magistral da sociedade, da Polícia Federal (PF), do Ministério Público (MPF) e da Justiça Federal para evitar que os desdobramentos da Operação Lava Jato acabem se tornando um fato obscuro da história do país, sob o qual paire a suspeita de impunidade. A decisão do Supremo Tribunal Federal, de desmembrar dos demais processos da Lava Jato a ação que investiga indícios de participação de Gleisi Hoffmann em fraude no Ministério do Planejamento, tem tudo para desencadear desmembramentos em massa de outras ações.

As investigações do MPF apontam que o esquema da Lava Jato não se limitou à Petrobras. Até o momento, há ações que analisam indícios de desvios na Caixa Econômica Federal, no Ministério da Saúde, na Eletronuclear. Uma ação a respeito de lavagem de dinheiro de tráfico internacional de drogas que fazia parte da Lava Jato já foi julgada. Há também investigações de ingerência política em fundos de pensão e em empréstimos no exterior obtidos por grandes empreiteiras junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Para o Ministério Público, a mesma lógica de condutas está presente em todas essas investigações — uma organização criminosa com vários ramos de atuação, fato que exige concentrar todas as ações em um único juízo, conduzido pelo mesmo magistrado. Para a maioria dos ministros do STF, fatos que não estão diretamente relacionados com a Petrobras devem ser julgados por outros juízes.

Mesmo que a decisão seja correta do ponto de vista processual, o que se admite para fins de argumentação, ela atrapalha o que até o momento foi um raro caso de atuação judicial bem-sucedida contra a corrupção. O juiz federal

25 SET 2015

Sergio Moro não teve nenhuma das provas que autorizou anulada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou pelo STF. Os donos das maiores empreiteiras do país, com algumas exceções, sequer conseguiram responder aos processos em liberdade. Tampouco essas prisões foram declaradas ilegais e invalidadas pelos tribunais superiores. Não se cometeu excessos nas investigações, nada foi anulado.

Com o desmembramento, a sociedade vai precisar ficar atenta aos movimentos dos novos agentes públicos que irão participar dos processos. Os juízes terão de manter a qualidade das decisões que Moro até o momento vem produzindo. A força-tarefa do Ministério Público e da Polícia Federal terá de compartilhar informações e dar apoio a seus colegas nos processos que forem conduzidos em outras varas federais.

A partir de agora, será um jogo de paciência e prudência para apurar os desvios de conduta e punir aqueles que tiverem participado dos casos de corrupção descobertos na Lava Jato, o maior escândalo que se tem notícia do país.

Lava Jato corre risco de prescrever, afirma Moro

Sem citar diretamente a decisão do STF de “fatiar” o caso, juiz defende mudanças na Justiça criminal

Katna Baran e Kelli Kadanus, com agências

O juiz federal Sergio Moro disse na quinta-feira (24), em São Paulo, que processos da Operação Lava Jato correm o risco de prescrever se o sistema da Justiça criminal não mudar. “Há um risco, sim, de que esses processos caiam no esquecimento”, afirmou Moro em um evento organizado pelo Lide — Grupo de Líderes Empresariais, organização liderada por João Doria, pré-candidato do PSDB à prefeitura de São Paulo. Moro afirmou ainda que o “problema da corrupção é mais amplo e transcende as questões político-partidárias”.

Apesar dos comentários indiretos sobre a Lava Jato, Moro se recusou a opinar sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) da quarta-feira (23) de fatiar um dos processos que estava sob sua responsabilidade. A decisão abre brecha para que outros processos da Lava Jato que são conduzidos por Moro sejam redistribuídos a outros juízes.

Em sentença proferida na segunda-feira (21) — antes do

julgamento do STF — Moro havia afirmado que a “dispersão das ações penais não serve à causa da Justiça”. Segundo ele, a decisão de manter o processo na capital paranaense “não é fruto de arbitrariedade judicial”. Na sentença, o juiz condenou o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto a 15 anos de prisão.

Palestra

Em seu discurso no almoço-debate, para uma plateia de cerca de 600 pessoas, Moro citou quatro ações penais da Lava Jato, que já tiveram sentença proferida, para afirmar que, ao menos nesses casos, constatou-se indícios de “pagamento sistêmico de propinas a agentes públicos” para a celebração de contratos. “Havia certa naturalização da propina”, disse.

O magistrado lembrou que, durante a investigação, houve dificuldade de se obter, mesmo entre os réus confesos, o motivo para o pagamento de propinas, já que se tornou algo sistêmico. Ele ressaltou o papel dos empresários no combate à corrupção. “A iniciativa privada tem um papel importante em dizer não ao pagamento de propina.”

Moro encerrou sua palestra citando uma frase em italiano, cuja tradução diz: “uma população inteira que paga propina é um povo sem dignidade”. “Isso aplica ao nosso caso aqui”, disse o juiz da Lava Jato.

Mudanças

Juntamente com os procuradores da Lava Jato, Moro vem defendendo mudanças na Justiça, como a prisão preventiva de quem desvia recursos públicos e a redução das chances de um crime de colarinho branco prescrever. A alta quantidade de recursos possíveis para os réus também é uma reclamação constante na Justiça criminal.

As aparições públicas de Moro em defesa das medidas, porém, encontram críticas entre os próprios colegas de profissão. “O problema é ele deixar de ser juiz para passar a ser comentarista ou *poj star*”, comentou um membro do Judiciário que pediu para não ter o nome divulgado. A preocupação é de que a atitude de Moro quebre a parcialidade esperada por um juiz na condução da Lava Jato. “Assim, ele mesmo vai acabar com o processo [da Lava Jato]”, apontou.

CONTINUA

GAZETA DO POVO 25 SET 2015

CONTINUAÇÃO

REAÇÕES

PF lamenta fatiamento e procuradores dizem que vão trabalhar para demonstrar conexões entre os casos

Delegados da Polícia Federal (PF) lamentaram a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), tomada na quarta-feira (23), de desmembrar parte da investigação da Operação Lava Jato que não tem relação direta com a Petrobras, tirá-la do Paraná e levá-la a São Paulo. A delegada Erika Marena disse que a decisão foi um "erro". Ela destacou que a eficiência da operação decorre justamente da integração entre PF, Ministério Público Federal (MPF) e Justiça Federal – com a 13ª Vara de Curitiba tratando do caso com exclusividade.

"Trata-se do mesmo grupo criminoso, organizado para comprar apoio político-partidário, tendo usado não apenas contratos da Petrobras, mas de outros órgãos", disse Erika. "A divisão [das ações] poderia impedir que provas colhidas num caso sejam analisadas à luz de todo o conjunto investigado." Para a investigadora, o fatiamento pode levar a dispersão de provas importantes.

Outro delegado que lamentou a decisão do STF foi Marcio Adriano Anselmo, que iniciou as apurações da Lava Jato. "É triste porque quebrou uma estrutura que já existia. Aqui [em Curitiba], o caso está redondo. Quem assumir agora não vai ter a noção do todo como nós temos. Vai ser mais difícil", declarou.

Na PF, porém, os investigadores da Lava Jato estão resignados. Eles pretendem avançar nas suspeitas sobre a Petrobras (que ficarão em Curitiba) e colaborar com quem assumir o caso em São Paulo.

Já entre os procuradores federais que fazem parte da força-tarefa da Lava Jato, a intenção agora é trabalhar com "afinco" e demonstrar de maneira mais clara a conexão entre os crimes investigados pela Lava Jato, caso outros casos sejam questionados a partir da decisão do STF. A ideia é dar o suporte necessário aos procuradores de São Paulo que vão investigar o caso envolvendo o Planejamento.

O entendimento dos procuradores é de que não deve haver contestação sobre a decisão do STF. Para eles, a mudança atinge um caso específico, envolvendo o Ministério do Planejamento, e não influencia diretamente outras ações e investigações.

Apesar desse posicionamento, o ministro do STF Marco Aurélio Mello disse na quinta-feira (24) que outras investigações sem relação com o esquema de corrupção na Petrobras devem ter o mesmo destino: o "fatiamento".

Indignação

Nos corredores da sede da Justiça Federal em Curitiba, onde atua Sergio Moro, o clima na quinta-feira (24) era de indignação sobre a decisão do Supremo, mas também de esperança de que a decisão não repercuta sobre outros processos da Lava Jato. Mesmo assim, há receio de que o caso "acabe em pizza".

"Acenderam a fornalha da pizzeria."

Comentário que circula nos corredores da Justiça Federal de Curitiba após a decisão de "fatiar" parte da Operação Lava Jato.

25 SET 2015

GAZETA DO POVO

Derosso terá de devolver R\$ 236 mil

O Tribunal de Contas do Paraná (TC) determinou mais uma devolução de dinheiro à Câmara de Curitiba pela gestão do ex-presidente da Casa João Claudio Derosso. Dessa vez, o TC decidiu que ele e os responsáveis pelas agências de publicidade que atendiam a Câmara têm de devolver R\$ 236 mil — além de pagar multas que somam R\$ 146 mil.

Esse é o segundo processo sobre o caso que termina de modo parecido — o primeiro determinou a devolução de R\$ 871 mil. No total, foram abertas pelo TC 58 tomadas de contas especiais para avaliar as denúncias de desvio de dinheiro de contratos de publicidade da Câmara, que movimentaram R\$ 34 milhões entre 2006 e 2011.

Presidente da Casa até março de 2012, Derosso é acusado de contratar irregularmente a agência de sua esposa à época, Cláudia Queiroz. Os contratos e os aditivos com as duas agências que atendiam a Casa foram contestados. O caso específico julgado agora tem relação com a subcontratação de agências feita pela Visão, uma das empresas contratadas pelo Legislativo. A Visão repassou R\$ 195 mil para a RD Castro e R\$ 40 mil para a Logus. Segundo o TC, porém, “não ficou comprovada a efetiva prestação dos serviços contratados”. Além de Derosso, são solidários na punição a própria Visão e os dois sócios da agência. Outros dois diretores da Câmara à época foram multados. Nenhum dos envolvidos foi encontrado para comentar o assunto.

Câmara aprova pena maior para motorista que matar sob efeito de álcool e drogas

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (23) projeto de lei que endurece a pena para o motorista que praticar homicídio culposo (sem intenção de matar) sob efeito de álcool e drogas. O texto ainda será apreciado pelo Senado. O substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovado amplia as penas, que hoje variam de dois a quatro anos, para quatro a oito anos. O texto original é da deputada Gorete Pereira (PR-CE). “Hoje, se paga a vida dessas pessoas com cesta básica porque crimes punidos até quatro anos praticamente têm reversão imediata em penas alternativas”, disse o relator do substitutivo da CCJ aprovado, Efraim Filho (DEM-PB).

ENTRELINHAS

Teoria do Direito

A Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst) traz para Curitiba o professor Lenio Streck, para a palestra “Jurisdição Constitucional e Teoria do Direito”. Mestre pela UFSC e doutor pela Universidade de Lisboa, o advogado é membro catedrático da ABDConst. Ele vai abordar os perigos da “juristocracia”, ou seja, um sistema de governo baseado em decisões de magistrados, e falar sobre a relação entre a democracia e o Direito. É nessa sexta-feira (25), a partir das 18h30, no auditório da ABDConst (Rua XV de Novembro, 964, 2º andar), para alunos da associação. Mais informações pelo (41) 3027-1167.

Fábio Camargo é reconduzido pelo STF ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, determinou nesta quinta-feira (25) a recondução do ex-deputado Fábio Camargo ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR). O ministro do STF, Gilmar Mendes, já havia garantido a manutenção de Camargo como conselheiro, mas ele continuava afastado das funções. Na página do STF, o acompanhamento processual mostra que o presidente do Supremo deferiu o pedido de suspensão a fim de permitir o retorno de Camargo às funções.

CONTINUA

Fábio Camargo está afastado do cargo desde novembro de 2013, por liminar concedida pela desembargadora Regina Portes, do Tribunal de Justiça. O processo questionando a eleição dele ao TCE foi impetrado por Max Schrappe, um dos candidatos na disputa daquele ano.

Camargo foi eleito conselheiro do TCE com os votos de 27 dos 54 deputados estaduais. Pelo regimento interno da Assembleia Legislativa, ele precisaria de 28 votos, mas o presidente da Casa na época, Valdir Rossoni (PSDB), aprovou a publicação do decreto legislativo com a indicação de Camargo ao cargo.

No dia 28 de agosto, o Ministério Público do Paraná encaminhou ao Tribunal de Justiça um parecer

defendendo a extinção do processo sem resolução do mérito, “haja vista a ilegitimidade do impetrante e a ausência de direito líquido e certo”, segundo o Conjur.

Trecho do despacho:

“Em 24/09/2015:”(…) Isso posto, no exercício do juízo de retratação, insito a todo agravo regimental, reconsidero a decisão ora recorrida e, tendo em conta que o Ministro Gilmar Mendes, na Rcl 17.557/PI, já garantiu a manutenção do ora agravante no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, defiro o pedido de suspensão a fim de permitir o seu retorno às funções. Comunique-se com urgência. Publique-se.”

25 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

EUA querem provas dos delatores da Lava Jato

Procurador americano virá a Curitiba
negociar acordo com colaboradores

**Representante do
Departamento de
Justiça apura violação
de lei dos Estados
Unidos sobre suborno**

**BELA MEGALE
MARIO CESAR CARVALHO**
DE SÃO PAULO

Um representante do Departamento de Justiça dos Estados Unidos virá a Curitiba (PR) em outubro para negociar acordos com delatores da Operação Lava Jato com o objetivo de conseguir provas para processar empresas que têm negócios naquele país e pagaram propina no Brasil ou em outro território para fechar contratos com a Petrobras.

Delatores brasileiros podem ser processados também nos Estados Unidos se utilizaram empresas ou bancos naquele país para lavar dinheiro de corrupção. Um acordo de delação com os americanos serviria para reduzir uma eventual pena.

O procurador Patrick Stokes chefia a unidade que cuida de uma lei norte-americana que pune empresas que pagam suborno fora do território norte-americano, a FCPA (Foreign Corrupt Practices Act ou Lei sobre Práticas de Corrupção no Exterior).

Empresas brasileiras que têm negócios nos EUA, como a própria Petrobras, ou companhias americanas que trabalham para a estatal podem ser punidas se as autoridades do país concluírem que a corporação pagou suborno no Brasil ou na Suíça para fechar negócios.

A ideia por trás dessa lei é que o suborno mina a concorrência leal entre as empresas.

A Petrobras é alvo de uma ação do Departamento de Justiça sob suspeita de ter violado a lei sobre corrupção no exterior. A estatal também sofre um processo por parte de investidores que se sentiram enganados pela queda no preço das ações por causa das revelações sobre suborno.

O procurador americano ficará em Curitiba entre 6 e 9 de outubro para relatar que tipo de vantagens ofereceria aos delatores que aceitarem colaborar com a Justiça dos Estados Unidos.

Advogados dos colaboradores foram convocados pelos procuradores da Operação Lava Jato para ouvir as propostas do procurador.

Uma das ofertas previstas na lei americana é chamada

“non-prosecution agreement”, um acordo no qual os procuradores nem fazem a acusação formal em troca de informações novas.

A lei americana ficou conhecida internacionalmente pelas multas milionárias que aplica contra empresas que violam a norma. A Siemens e Alstom encabeçam o ranking dos valores mais altos já pagos. Elas receberam multas de US\$ 800 milhões e US\$ 772 milhões, respectivamente, para pôr fim ao processos em que eram investigadas.

25 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

Divisão da operação deve ser analisada caso a caso

Delegado da PF diz que desmembramento da Lava Jato é 'triste' e 'quebra' investigação

Especialistas ouvidos pela **Folha** afirmam que a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), que tirou do juiz Sergio Moro um dos braços resultantes da Operação Lava Jato, não criou um precedente que deve levar a outros desmembramentos em um "efeito cascata" imediato.

Na quarta-feira (23), o STF entendeu que não há ligação direta de um suposto esquema no Ministério do Planejamento com a corrupção na estatal e mandou o caso apurado na 18ª fase da operação à Justiça de São Paulo.

Um motivo usado para manter os processos concentrados em um só juízo é a "conexão" entre as provas ou fatos, o que o STF não viu nesse caso. A regra geral é a tramitação no local onde o crime foi cometido.

A análise da ligação entre fatos e provas de cada inquérito é o que vai determinar novos desmembramentos e deverá ser feita caso a caso, segundo especialistas.

O delegado da Polícia Federal Marcio Adriano Anselmo disse que a decisão é "triste" porque "quebra" a estrutura já existente na corporação. "Quem assumir agora não vai ter a noção do todo."

O grupo de trabalho da Procuradoria-Geral da República na Lava Jato estuda editar um manual para "treinar" procuradores que, eventualmente, venham a assumir partes da investigação.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Robalinho, no entanto, diz que mais desmembramentos da Lava Jato vão depender de decisões específicas de outras instâncias, como o Tribunal Federal Regional.

"Se o principal da Lava Jato for empreiteiras, grandes obras, o que sai disso será pouco", diz Cavalcanti.

A defesa do ex-deputado André Vargas, já condenado, estuda usar a decisão do STF como argumento para retirar o caso dele de Curitiba.

MÔNICA BERGAMO A GRANDE DÚVIDA

A decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de fatar a Operação Lava Jato deve dificultar, num primeiro momento, os acordos de delação premiada. É que, no estágio atual das investigações, os procuradores exigiam que os delatores entregassem “novos mercados” em que há corrupção, e não apenas o setor de petróleo, sobre o qual o Ministério Público já detém um vasto arquivo.

DÚVIDA 2

O STF decidiu que informações que não tenham conexão direta com a Petrobras devem ser agora investigadas por outros procuradores e fora da jurisdição do juiz Sergio Moro. E surge a dificuldade: um magistrado só pode dar ao réu os benefícios da delação premiada depois de comprovar que as informações fornecidas por ele são reais. Como elas serão investigadas fora do Paraná, surge a dúvida de como poderão ser usadas nos processos tocados por Moro.

CONEXÃO INDIRETA

O caso da Andrade Gutierrez é exemplar. A expectativa era a de que a empreiteira detalhasse esquemas de corrupção no setor elétrico, já que, depois de tantas delações, pouco teria a acrescentar no escândalo da Petrobras. A questão agora é saber se o que foi falado sobre usinas, por exemplo, pode aliviar as penas por irregularidades que a empreiteira supostamente cometeu em obras da estatal do petróleo.

25 SET 2015 FOLHA DE S. PAULO

EM TEMPO

A Andrade Gutierrez nega que esteja estudando fazer delação premiada.

É O FIM

A decisão de Dilma Rousseff de eliminar os ministérios de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos foi considerada “um desastre” por ministro que despacha com ela quase todos os dias.

PAINEL DO LEITOR

Presunção da inocência

O senhor Marcus Vinicius Furtado Coêlho, presidente nacional da OAB, quer ludibriar a quem insinuando que o projeto de lei 402 derruba a presunção de inocência (“A prisão antes da hora”, Tendências/ Debates, 23/9)? O projeto tenta derrubar a impunidade no país e tenta avançar a um novo estágio civilizatório, no qual o criminoso, após julgado e condenado em segunda instância, vai para a cadeia, no caso de crimes graves. O senhor Coêlho defende interesses corporativistas ligados ao gordo mercado de recursos ad aeternum que a Justiça de segunda classe propicia à delinquência de luxo.

JOSÉ A. HERNANDES (São José dos Campos, SP)

25 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

TSE discute liberar doações privadas até o fim deste ano

DE BRASÍLIA - Ministros do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) começaram a discutir uma alternativa para permitir que partidos políticos possam receber doações de empresas até o fim deste ano, mesmo depois do STF (Supremo Tribunal Federal) ter declarado inconstitucional esse tipo de financiamento.

A proposta foi lançada pelo ministro Dias Toffoli, presidente do TSE e integrante do STF, e ainda será alvo de debate na corte eleitoral, mas provocou mal-estar no Supremo.

Toffoli argumenta que o STF não deixou claro a partir de quando vale a decisão e defendeu uma regra de transição, a partir de uma resolução do TSE, para definir a vigência. Segundo a ata da sessão, porém, o veto a doações empresarias já vale desde a semana passada.

25 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

Avança texto que define família como união de homem e mulher

Estatuto aprovado por grupo de deputados deve ir ao plenário

Em uma sessão de mais de cinco horas marcada por protestos e bate-boca, o Estatuto da Família, que define como entidade familiar apenas a união entre homem e mulher, foi aprovado nesta quinta (24) em comissão especial na Câmara dos Deputados.

O texto deveria seguir direto para o Senado, mas, após recurso de um grupo contrário, ainda precisará passar pelo plenário da Câmara.

A intenção da bancada evangélica é votar a proposta no dia 21 de outubro, no dia nacional da família.

Integrantes do Fórum LGBT do DF protestaram. O momento mais tenso ocorreu quando o deputado Takayama (PSC-PR), que não é da comissão, atacou os manifestantes. "Não se pode aceitar que homem com homem faz família." O grupo LGBT chamou-o de "homofóbico".

25 SET 2015

TRIBUNA DO PARANÁ DEVOLVE AÍ!

Tribunal de
Contas manda
ex-presidente da
Câmara devolver
R\$ 236 mil
ao legislativo

O Tribunal de Contas determinou que o ex-presidente da Câmara Municipal de Curitiba, João Claudio Derosso (ex-PSDB), terá que devolver R\$ 236 mil aos cofres do legislativo. Ele foi responsabilizado por irregularidades nos gastos com publicidade e divulgação nos anos de 2006 a 2011, período em que foi presidente da Câmara.

Além do ressarcimento, o TC aplicou multas que somam aproximadamente R\$ 146 mil. Com esta decisão, a devolução de recursos pelos ex-gestores do Legislativo de Curitiba e empresários contratados já soma R\$ 1.107.618,26. Mas o valor se refere ao julgamento de apenas dois processos, de um total de 58 instaurados pelo TCE em relação aos gastos com publicidade da Câmara no período.

As tomadas de contas foram abertas a partir de auditoria realizada nos contratos de publicidade e divulgação assinados em 2006, entre o Legislativo da capital e as agências Visão Publicidade e Oficina da Notícia - a última pertencia à esposa de Derosso, Cláudia Queiroz. Os contratos vigoraram de 2006 a 2011 e resultaram no desembolso de R\$ 34 milhões no período.

O caso específico julgado desta vez tem relação com a subcontratação de agências feita pela Visão, que repassou R\$ 195 mil pra RD Castro e R\$ 40 mil pra Logus. Segundo o TC, "não ficou comprovada a efetiva prestação dos serviços contratados: a veiculação de material de divulgação institucional da Câmara.

Além disso, a RD Castro uma loja de discos, CDs e DVDs não tinha habilitação legal pra encargar publicidade".

25 SET 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

FAMÍLIA

Por 22 votos a 5, a comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o Estatuto da Família decidiu que casais homossexuais não dão origem a famílias no Brasil. O relatório aprovado é do deputado federal paranaense Diego Garcia (PHS). A votação segue agora pro Senado.

CASAMENTO

O projeto não modifica em nada a situação jurídica do casamento homoafetivo no Brasil. O Supremo Tribunal Federal decidiu que a Constituição brasileira exige a paridade e liberou o casamento gay. O Conselho Nacional de Justiça determinou que todos os cartórios do país devem fazer os casamentos homoafetivos. Mas a aprovação do Estatuto dá força pra que bancadas religiosas voltem a debater o tema.

25 SET 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Naturalização da propina é "fato assustador", diz Moro

O juiz Sérgio Moro, que conduz os processos da Operação Lava Jato, disse ontem que a naturalização da propina em contratos públicos é um fato assustador. O magistrado falou durante um almoço com empresários na capital paulista. "As explicações recorrentes de alguns desses acusados confessos era de que, simplesmente, era a regra do jogo. Houve, simplesmente, uma naturalização do pagamento de propina, o que é extremamente assustador", disse Moro.

Na opinião dele, a corrupção no Brasil atingiu um nível sistêmico. "Em quatro casos julgados, envolvendo diferentes empresas e diferentes agentes públicos, foi constatada uma prática que eu trabalhei como corrupção sistêmica, no sentido de que a certificação de um contrato público envolvia o pagamento, quase naturalizado, de um percentual de propina", destacou. ●

NOTA POLÍTICA

Mais prazo

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), estendeu por mais 30 dias o prazo para que o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), apresente sua defesa à corte. Em agosto, Cunha foi denunciado por corrupção e lavagem de dinheiro na Operação Lava Jato. Segundo o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, Eduardo Cunha recebeu US\$ 5 milhões para viabilizar a contratação de dois navios-sonda pela Petrobras com o Estaleiro Samsung Heavy Industries.

24 SET 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Cunha defende manutenção de veto do Judiciário

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), disse ontem que a Casa deve manter o veto da presidenta Dilma Rousseff ao reajuste de até 78% dos salários de servidores do Judiciário. "Da mesma forma que a gente entende que você não deve criar mais impostos, você tem que evitar que novas despesas sejam criadas, senão o discurso cai na prática pela falta de coerência. Tem que manter o veto sim", disse.

Depois de dez tentativas desde abril deste ano, deputados e senadores decidiram manter, na terça-feira, 24 vetos presidenciais feitos a projetos aprovados pelo Parlamento. Os principais deles atingiam matérias sobre a mudança do fator previdenciário, estabelecendo a regra 85/95 para a aposentadoria, e isenção da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para o óleo diesel.

"Nunca tive dúvida que pudesse ser mantido [veto sobre PIS/Cofins]. Não era a melhor maneira de resolver o que foi colocado. Aquilo realmente tinha efeito no caixa direto e passou por uma conjunção política do momento, mas não tinha apelo para derrubar [o veto]", lembrou.

Pelas contas do governo, a manutenção do veto à PIS/Cofins evitou uma perda de R\$ 3 bilhões somente este ano. No caso do fator previdenciário, o governo

Presidente da Câmara dos Deputados disse que a Casa acertou em manter o veto ao reajuste de até 78% dos salários de servidores do Judiciário

mandou uma medida provisória para sanar a disputa com o Congresso. Se o veto fosse derrubado e a regra entrasse como prevista no projeto, o gasto adicional com a previdência, calculado pela equipe econômica, seria de R\$ 135 bilhões até 2035.

Sobre a reforma ministerial, Cunha disse que as mudanças não devem influir no posicionamento político do PMDB. Para o presidente da Câmara, existem chances de o partido votar pela ruptura com governo durante a convenção nacional, marcada para novembro. A ruptura é defendida por Cunha.

"A chance de ter maioria contra a continuidade da participação do partido no governo é muito grande. E acho que não é a nomeação de ministérios que vai mudar o posicionamento. O posicionamento é político, não é por ter mais ou menos cargos. Isto não altera nada".

Cunha lembrou que, durante a votação pela aliança na chapa de Dilma pela reeleição, os peemedebistas se dividiram entre 58% favoráveis e 42% contrários.

24 SET 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF decidirá quem irá relatar inquérito contra senadora Gleisi Hoffmann

O Plenário do STF deverá definir qual ministro da Corte será o relator do Inquérito (INQ) 4130, no qual se investiga condutas atribuídas à senadora Gleisi Hoffmann e a outros acusados sem foro por prerrogativa de função. O Plenário também será responsável por decidir se o feito será desmembrado quanto aos investigados sem prerrogativa de foro e a qual juízo federal de primeira instância o processo deverá ser remetido.

O inquérito foi enviado ao STF pelo juiz da 13ª Vara Federal do Paraná, depois que, no curso da chamada operação Lava-Jato, ele teve conhecimento de possíveis delitos atribuídos à senadora e a outros investigados, que teriam se beneficiado de repasses de valores da Consist Software, empresa que tinha contrato com o Ministério do Planejamento para gestão de empréstimos consignados.

Operação Lava Jato: Tribunal julga primeira apelação

A 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) concluiu o julgamento da primeira apelação criminal decorrente das investigações da Operação Lava Jato. O caso refere-se a uma ação penal que tratava de crimes de tráfico de drogas, evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Foram mantidas as condenações de Renê Luiz Pereira e Carlos Habib Chater. No entanto, André Catão de Miranda foi absolvido.

Em outubro do ano passado, a 13ª Vara Federal de Curitiba condenou Pereira a 14 anos e Chater a cinco anos e seis meses de prisão em regime inicial fechado. Miranda recebeu pena de quatro anos de prisão em regime semiaberto. Todos também foram condenados ao pagamento de multa.

O doleiro Alberto Youssef, que era acusado nesse processo por lavagem de dinheiro, foi absolvido pela Justiça Federal por falta de provas.

24 SET 2015
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Gilmar Mendes quer reabrir julgamento sobre financiamento de campanha até dia 2

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, disse ontem que a decisão da Corte em relação ao financiamento privado de campanhas políticas "ficou incompleta". Em visita ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que também é favorável à continuidade das doações empresariais, Mendes explicou que, para definir a validade da decisão, seriam necessários oito votos, o que chama de "modulação de efeitos" da nova regra.

"Não havia oito votos no plenário. O ministro Joaquim Barbosa já tinha se manifestado contrário à modulação. Precisa desse complemento sob pena de cairmos em uma situação que parece um suicídio democrático. Hoje, todos estariam ilegítimos, desde a presidente Dilma [Rousseff] até deputados. Todos foram eleitos por uma lei que foi declarada inconstitucional e nula", afirmou.

O ministro acredita ser possível complementar a decisão até 2 de outubro, prazo definido pela legislação eleitoral para que a regra valha já nas próximas eleições municipais. "O que não dá é para ficar brincando de aprendiz de feiticeiro e descumprir a lei", completou.

Paralelamente ao resultado no STF, a Câmara aprovou um projeto de lei para regulamentar as contribuições de empresas para partidos, e aguarda uma decisão do Planalto, que pode sancionar ou vetar o texto.

O assunto foi um dos temas tratados por Dilma e Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em um encontro ocorrido na última segunda-feira. Hoje, ao responder perguntas sobre a conversa, Cunha evitou avaliar e descrever reações de Dilma. Apenas contou que alertou a presidenta sobre a necessidade de um posicionamento em relação a pontos como o prazo de filiação e a questão do financiamento.